

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO N° , DE 2009

(Da Sra. Luiza Erundina)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir os efeitos, as implicações e a viabilidade técnica e financeira da implementação do Plano Nacional de Banda Larga.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de uma Audiência Pública nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para discutir os efeitos, as implicações e a viabilidade técnica e financeira da implementação do Plano Nacional de Banda Larga. Para o evento deverão ser convidados as seguintes autoridades e especialistas:

Ronaldo Sardenberg, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações;

Jorge da Motta e Silva, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS;

Rogério Santanna dos Santos, Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento;

José Fernandes Pauletti, Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Fixo Comutado;

Eduardo Fumes Parajo, Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet;

Ricardo Lopes Sanchez, Associação Brasileira de Pequenos Provedores de Internet e Telecomunicações;

Pedro Jaime Ziller de Araújo, Presidente da Informática de Municípios Associados S.A. – IMA.

JUSTIFICAÇÃO

O amplo domínio dos diferentes recursos tecnológicos pelo país é condição necessária ao seu desenvolvimento, sendo que uma das ferramentas estratégicas para se alcançar esse patamar é a inclusão digital, com amplo acesso à rede mundial de computadores (*internet*).

Para a exploração de todas as potencialidades que a *internet* permite, o acesso precisa se dar mediante banda larga, com vistas à navegação com qualidade, em velocidade superior a um *megabyte*. Como é de amplo conhecimento, a utilização em território nacional de *internet* em banda larga em alta velocidade ainda é consideravelmente restrita.

O Governo Federal se pronunciou publicamente sobre o enfrentamento desse problema mediante a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, uma ampla rede de fibra ótica a unir todos os municípios do país.

Essa disposição do Governo traz consigo várias dúvidas que precisam ser devidamente apreciadas e acompanhadas pelo Poder Legislativo, notadamente questões relacionadas com a administração dessa Rede, a participação estatal no processo e o papel reservado à iniciativa privada.

Em razão disso, entendo necessária a realização de audiência pública na qual possam ser devidamente discutidos e avaliados todos os aspectos relacionados com a matéria.

Sala da Comissão, em

Deputada LUIZA ERUNDINA (PSB/SP)